



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUFI), OCORRIDA EM 06 DE MAIO DE 2025.

1 Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, realizou-se a sessão
2 ordinária do Conselho Superior Universitário da Universidade Federal de Alagoas
3 (CONSUFI/UFAL), na Sala dos Conselhos Superiores Prof. Eduardo Almeida da Silva, Prédio da
4 Reitoria, e com disponibilidade de acesso para participar, simultaneamente e em formato remoto,
5 através de Sala Virtual do Sistema Web Conferência da RNP (Comunidade Acadêmica Federada –
6 CAFE), sob a Presidência do Reitor, Prof. Josealdo Tonholo, contando com a presença dos/as
7 seguintes Conselheiros/as: Profa. Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti (Vice-reitora), Wellington da
8 Silva Pereira (Rep. PROGEP), Profa. Eliane Barbosa da Silva (Rep. PROGRAD), Profa. Silvia
9 Beatriz Beger Uchôa (Rep. PROPEP), Prof. Cezar Nonato Bezerra Candeias (PROEXC), Jarman da
10 Silva Aderico (Rep. PROGINST), Prof. Alexandre Lima Marques da Silva, (Rep. PROEST), Felipe
11 da Rocha Paes (Rep. PROINFRA), Profa. Mariana Guedes Raggi (CEDU), Prof. Roberto Barbosa
12 dos Santos (CTEC), Prof. Irinaldo Diniz Basílio Júnior (ICF), Prof. Fernando Antônio de Melo Sá
13 dos Santos (FAU), Profa. Elaine Cristina Pimentel Costa (FDA), Prof. Gustavo Madeiro da Silva
14 Cavalcanti (FEAC), Profa. Rita de Cassia Souto Maior S. Lima (FALE), Prof. Iramirton Figueiredo Moreira
15 (FAMED), Prof. João Araújo Barros Neto (FANUT), Prof. Marcos Aurélio Bomfim da Silva
16 (FOUFAL), Profa. Reivan Marinho de Souza (FSSO), Prof. Heliofábio Barros Gomes (ICAT), Prof.
17 Renato Santos Rodarte (ICBS), Prof. Amaro Xavier Braga Júnior (ICS), Prof. Ícaro Bezerra Queiroz
18 de Araújo (IC), Prof. Elton Malta Nascimento (IF), Profa. Nivaneide Alves de Melo Falcão
19 (IGDEMA), Profa. Sandra Nunes Leite (ICHCA), Profa. Angelina Nunes de Vasconcelos (IP), Prof.
20 Gustavo Gomes de Araújo (IEFE), Prof. Elthon Allex da Silva Oliveira (Campus Arapiraca).
21 Representantes Docentes: Francine Santos de Paula, Agnaldo José dos Santos, Walter Matias de
22 Lima, Emanuelle Gonçalves B. Rodrigues, Elton Lima Santos, Emiliano de Oliveira Barreto, Viviane
23 Lima, Regina Costa Sá e Danilo Luiz Marques. Representantes Técnico-administrativos: Bruno Morais
24 Silveira, João Paulo Fonseca de Almeida, Davi Menezes Fonseca, Flávio José Marques Lins, Fabianny
25 Torres de Oliveira, José Edson Ferreira Lima, Risonilda Costa da Silva, Danilo Cândido Vieira e
26 Juarez Pereira Alencar (SINTUFAL). Representantes Discentes: Talita de Souza Lins, Margot Gomes
27 da Silva, Matheus Vasconcelos Maia, Cliton Cristiano O. dos Santos, Michel Emerson dos Santos,
28 Salem Nicholas de A. Pulcino, Harlon Kemerson Alves Nascimento, Pedro Vinícius dos Santos
29 Moreira, Gabriel Vinicius Andrade Carvalho. **PAUTA: I – Abertura e verificação do nº. de**
30 **Conselheiros presentes:** Após verificar o quórum necessário, o Presidente do Conselho dá início aos
31 trabalhos da sessão. Antes de iniciar a Ordem do dia, o presidente do Consuni faculta a palavra aos
32 presentes para que manifestem os pedidos de alteração/inserção de pauta, sendo aprovadas algumas
33 modificações na ordem da referida pauta. Em seguida, o conselheiro Cliton dos Santos (Rep.
34 discente) solicita a palavra para manifestar insatisfação em relação à abertura de um processo contra
35 os estudantes que assinaram uma Nota oriunda da situação que ocorreu no Campus de Engenharias e
36 Ciências Agrárias - Ceca envolvendo um professor e uma aluna em sala de aula. Mediante o ocorrido
37 o conselheiro solicita a leitura de uma carta aberta na presente sessão, a qual é prontamente atendida.
38 (documento segue anexo a esta Ata). Dando prosseguimento, o conselheiro Flávio Lins (Rep. Téc.
39 Administrativo) manifesta a sua indignação ao tratamento dado pelo Governo Federal à categoria de
40 Técnicos Administrativos em Educação, a qual o Governo demonstra total desrespeito ao acordo
41 formalizado no ano passado. Sendo assim, o reitor solicita o seguinte registro em ata: “Temos um
42 acordo feito no ano passado, que na minha opinião ficou muito aquém do que deveria e o que
43 notamos é o efetivo descumprimento desse acordo. Está incomodando bastante e está começando a
44 afetar o pessoal da carreira do PPCTAE, essa a diferença posta entre médicos e médicos
45 veterinários, deixo registrada a nossa tristeza com o tratamento que foi dado a isso, então 163
46 profissionais da Ufal que são médicos e médicos veterinários e que não tiveram os reajustes que a
47 categoria do PPCTAE teve, tiveram ajuste inferior. Hoje, inclusive, já pedi para o gabinete preparar
48 a correspondência para os deputados, para tentarmos uma reunião”. O conselheiro João Paulo
49 (Rep. Téc. Administrativo) solicita o seguinte registro me ata: “Com base em uma fala já feita pelo

AP

Tdte. Júnior

LB

AAH

fur. le

Eding

Seadem

Rebast



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 06 DE MAIO DE 2025.

50 presidente da mesa referente ao tratamento desigual aos colegas técnicos da área da saúde, eles
51 fizeram uma intercalação com a reitoria pedindo apoio e registro desse protesto deles e a minha
52 manifestação é justamente registrar esse tratamento desigual que foi dado a esses profissionais". O
53 reitor ressalta o registro de solidariedade a toda categoria de médicos e médicos veterinários e o
54 repúdio a essa decisão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI com
55 relação às carreiras no âmbito do PPCTAE. **II – Ordem do Dia: 1) Homologação de Resoluções:**
56 **1.1) Resolução nº. 47/2025-CONSUNI/UFAL:** Trata-se de Resolução, "Ad Referendum", que
57 aprovou a renovação de credenciamento da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTcPB na
58 qualidade de Fundação de Apoio junto à Universidade Federal de Alagoas – UFAL. É ressaltado pelo
59 Vice-diretor do Instituto de Computação – IC/UFAL, Prof. Ícaro Queiroz, que a renovação é
60 necessária para a continuidade dos serviços de apoio à Ufal por parte da referida Fundação,
61 explicando que as tratativas de projetos junto à Fundação têm caracterizado significativa vantagem
62 em gestão de projetos e ampliado a capacidade operativa da UFAL. Não havendo maiores
63 manifestações, a matéria segue para votação. **DELIBERAÇÃO:** Matéria aprovada por unanimidade.
64 **1.2) Resolução nº. 48/2025-CONSUNI/UFAL:** Trata-se de Resolução, "Ad Referendum", que
65 aprovou a proposta do curso de pós-graduação *Lato Sensu* "Residência Agrária em Agroecologia e
66 Desenvolvimento Territorial Sustentável na Agricultura Familiar", ofertado pelo Campus Arapiraca
67 da Universidade Federal de Alagoas, o qual objetiva a formação de profissionais de nível superior
68 que compõem ou que atuam com o público beneficiário da reforma agrária, ampliando e qualificando
69 a oferta de formação continuada para profissionais que atuam na ATER (política de Assistência
70 Técnica e Extensão Rural) em Alagoas. **DELIBERAÇÃO:** Matéria aprovada por unanimidade. **1.3) Resolução nº. 49/2025-CONSUNI/UFAL:** Trata-se de Resolução, "Ad Referendum", que autorizou
71 a assinatura do Termo de Contrato de Serviço de Gerenciamento Administrativo-financeiro a ser
72 celebrado entre a Universidade Federal de Alagoas e a Fundação Universitária de Desenvolvimento
73 de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES, para a gestão do Programa "Centro de Pesquisa e Inovação
74 em Sistemas Físicos-Cibernéticos - Cyber" vinculado ao Instituto de Computação - IC/UFAL, que
75 tem como objetivo prospectar parcerias e financiamentos da iniciativa pública e privada visando
76 agregar valor aos produtos das empresas, desenvolvendo artefatos na área de sistemas embarcados,
77 automação e controle, principalmente, ajudando a modernizar a indústria nacional. Permite ainda, a
78 formação e fixação de mão de obra qualificada em Alagoas. O coordenador do Programa, professor
79 Leandro Dias, foi convidado à mesa para relatoria do referido Programa, explicando se tratar de
80 projetos alinhados principalmente, mas não apenas, à Lei de informática, com alguns parceiros já
81 conhecidos e outros novos, com o objetivo de captar recursos para a universidade. Ressalta que o
82 programa começou como um laboratório pequeno, mas foi crescendo e atualmente o principal
83 parceiro é a empresa Weg, que é a terceira maior empresa do Brasil, com o crescimento dos projetos,
84 tanto em quantidade quanto em orçamento. Continua a fala explanando sobre a captação futura de
85 alguns projetos relacionados à pesquisa na área de painéis solares que envolvem monitoramento e
86 características elétricas para geração solar, estando previsto para esse projeto uma usina solar na Ufal
87 podendo chegar a gerar em torno de 1/3 (um terço) a metade da energia elétrica consumida pela Ufal.
88 Após apresentação, foram realizadas algumas manifestações dos/as conselheiros/as e em seguida a
89 matéria seguiu para votação. **DELIBERAÇÃO:** Matéria aprovada por unanimidade de votos. **1.4) Resolução nº. 50/2025-CONSUNI/UFAL:** Trata-se de Resolução, "Ad Referendum", que aprovou o
90 Relatório Institucional Consolidado do Programa de Educação Tutorial – PET/SESu/MEC 2024, na
91 Universidade Federal de Alagoas. Após a relatoria do processo, realizada pelo professor Willamys
92 Silva, a matéria seguiu para votação. **DELIBERAÇÃO:** Homologação aprovada por unanimidade
93 de votos. A conselheira Rita Souto Maior (FALE) solicita o seguinte registro em ata: "Gostaria de
94 registrar os nossos parabéns a todos os grupos do PET com destaque à importância do Programa no
95 curso de Letras, nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. O Pet foi criado em abril de
96 1988, em Letras, com o empenho especial de Profa. Dra. Denilda Moura, que foi sua primeira tutora

100

101

102 Solem

103 Feliz Júnior

104

105



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL
(CONSUNI), OCORRIDA EM 06 DE MAIO DE 2025.

99 até 2010". 2) Processos aprovados pela Câmara Acadêmica do Consuni: 2.1) Processo nº
100 23065.011727/2025-20: Proposta de Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais -
101 licenciatura modalidade a distância (EAD): Trata-se de proposta amplamente discutida pelo
102 Núcleo Docente Estruturante (NDE), a Coordenação do Curso e seu Colegiado e a Pró-reitoria de
103 Graduação (PROGRAD/UFAL), com vistas à atualização normativa do PPC. Constam nos autos do
104 processo, o posicionamento favorável da Direção Acadêmica, bem como os Pareceres técnicos
105 conclusivos da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/UFAL) e da Pró-reitoria de Extensão e
106 Cultura (PROEXC/UFAL), os quais recomendam a aprovação. A conselheira Eliane Barbosa
107 (PROGRAD) e o Professor Amaro Xavier realizam uma breve explanação dos principais pontos da
108 proposta ressaltando a necessidade para tal reformulação. Após a apresentação, são realizadas
109 algumas intervenções de apoio ao projeto e em seguida a matéria seguiu para votação.
110 DELIBERAÇÃO: Matéria aprovada por unanimidade. 2.2) Processo nº 23065.010542/2025-06:
111 Proposta de Projeto Pedagógico do Curso de Inglês - modalidade a distância (EAD): Trata-se de
112 proposta amplamente discutida pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), a Coordenação do Curso e
113 seu Colegiado e a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/UFAL), com vistas à atualização
114 normativa do PPC. Constam nos autos do processo, o posicionamento favorável da Direção
115 Acadêmica, bem como os Pareceres técnicos conclusivos da Pró-reitoria de Graduação
116 (PROGRAD/UFAL) e da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/UFAL), os quais
117 recomendam a aprovação. A professora Raquel Nunes, coordenadora do curso, fez a explanação da
118 proposta, abordando seu conteúdo curricular. Após algumas manifestações e parabenizações, a
119 matéria seguiu para votação. **DELIBERAÇÃO:** Matéria aprovada por unanimidade. A conselheira
120 Rita Souto Maior (FALE) solicita o seguinte registro em ata: "Por favor, registrar em ata nosso
121 agradecimento a toda equipe da Cied, da Prograd, da Proexc e demais setores que acompanharam a
122 elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Inglês EAD nessa retomada. Agradecimento à profa.
123 Raquel D'Elboux Couto Nunes, como coordenadora, ao colegiado e NDE de Letras. À profa. Raquel
124 um destaque especial nesse agradecimento pelo seu empreendimento a frente do curso sempre de
125 maneira tão responsável e atenta a todas as demandas desse enorme projeto de educação a distância
126 do curso de inglês no estado de Alagoas". 2.3) Processo nº 23065.008588/2025-57: Proposta de
127 Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Elétrica: Trata-se de proposta amplamente discutida
128 pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), a Coordenação do Curso e seu Colegiado e a Pró-reitoria
129 de Graduação (PROGRAD/UFAL), com vistas à atualização normativa do PPC. Constam nos autos
130 do processo, o posicionamento favorável da Direção do Campus de Engenharias e Ciências Agrárias
131 - CECA, bem como os Pareceres técnicos conclusivos da Pró-reitoria de Graduação
132 (PROGRAD/UFAL) e da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/UFAL), os quais
133 recomendam a aprovação. O professor Cícero da Silva, coordenador do curso, realizou a
134 apresentação dos principais pontos da proposta, ressaltando os objetivos do curso, o campo de
135 atuação, o perfil do egresso e a estrutura curricular e educacional, a qual contempla flexibilidade,
136 interdisciplinaridade e articulação entre teoria e prática. Após a apresentação, a matéria seguiu para
137 votação. **DELIBERAÇÃO:** Matéria aprovada por unanimidade de votos. A conselheira Eliane
138 Barbosa (PROGRAD) solicitou o seguinte registro: "Gostaria de deixar um agradecimento muito
139 especial aos três técnicos da PROGRAD que acompanharam esses projetos, e no mesmo período
140 tiveram problemas de saúde delicados, sensíveis, mas não se eximiram das suas responsabilidades
141 para que esses três projetos pudessem estar aqui, embora tendo passado por momentos difíceis, visto
142 que ainda estão em recuperação, mas cumpriram com seu papel como técnicos desta instituição, da
143 mesma forma que os técnicos nas unidades acadêmicas também, mas eles foram guerreiros diante
144 das limitações e das dificuldades de saúde. Nós conseguimos avançar e dialogar com as unidades e
145 campi envolvidos e aqui temos a aprovação de três cursos. Então parabéns ao Ivonildo Ferreira
146 Lima que acompanha o curso de Engenharia elétrica, ao Jorge Luiz Fireman Nogueira que
147 acompanha o curso de Letras inglês e a Marcia Valeria Oliveira Gonçalves que acompanha o curso



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 06 DE MAIO DE 2025.

148 *de Ciências sociais. Parabéns aos três e a todos os envolvidos".* **3) Processo nº 005719/2025-44:**
149 **Minuta de Resolução – Unificação do Calendário para troca de mandatos de Colegiados e**
150 **Coordenação de Cursos de Graduação – UFAL. (Retorno pedido de vistas / Conselheira**
151 **Emanuelle – Rep. Docente):** Trata-se de processo que retorna à pauta após pedido de vistas da
152 Conselheira Emanuelle Rodrigues (Rep. Docente). A Conselheira, ao fazer uso da palavra, expõe
153 suas preocupações com a minuta, destacando que, apesar de o fórum dos colegiados não ser um
154 espaço consultivo formal, a proposta não foi suficientemente discutida, especialmente considerando a
155 sobrecarga das coordenações e a falta de quadro técnico. Ela ressalta a ausência de um estudo
156 detalhado no documento que explique os procedimentos e o impacto nos mandatos atuais, bem como
157 a dificuldade em encontrar professores dispostos a assumir cargos de coordenação. A Conselheira
158 sugere que a capacitação de coordenadores, um ponto positivo da minuta, deveria existir
159 independentemente da unificação do calendário. Ela propõe a retirada do item de pauta para uma
160 discussão mais ampliada no fórum dos colegiados. A discussão prossegue com a Conselheira Viviane
161 Costa Sá (Rep. Docente), que defende a proposta de unificação do calendário, especialmente no que
162 tange à capacitação de gestores. Ela explica que já foram iniciadas ações de capacitação para
163 diretores e que a unificação facilitaria a organização de capacitações contínuas, dada a ciclicidade da
164 renovação dos colegiados. O Presidente do Consuni esclarece o procedimento regimental para o
165 retorno de um pedido de vistas, indicando que a primeira etapa é votar a aprovação ou não do
166 relatório de vistas, para então discutir o mérito da matéria. Após algumas intervenções sobre a
167 interpretação do regimento, incluindo a sugestão de que a aprovação do relatório de vistas, que
168 continha a sugestão de retirada de pauta, implicaria a retirada do item da agenda, o presidente decide
169 colocar o relatório em deliberação. **DELIBERAÇÃO:** O relatório de vistas apresentado pela
170 Conselheira Emanuelle Rodrigues é aprovado por maioria de votos (17 votos favoráveis, 13 votos
171 contrários e 3 abstenções). Com a aprovação do relatório, o tema é retirado de pauta para que a Pró-
172 reitoria de Graduação - PROGRAD possa trabalhar em uma nova proposição, incorporando as
173 recomendações do relatório de vistas, como a discussão ampliada com os colegiados e a base. O
174 Presidente ressalta que a decisão reflete um amadurecimento do debate e a busca por uma construção
175 coletiva. **4) Processo nº 012143/2025-71: Criação da Comissão da Verdade, da Memória e da**
176 **Justiça da UFAL e aprovação do Regimento Interno da Comissão:** A Conselheira Emanuelle
177 Rodrigues (Rep. Docente) apresenta a proposta de criação da Comissão da Verdade, Memória e
178 Justiça da UFAL, fruto do trabalho de uma comissão temporária aprovada anteriormente pelo
179 Consuni. Ela explica que a comissão temporária realizou um levantamento e construiu uma
180 proposição para a criação de uma comissão permanente, com a listagem de membros titulares e
181 suplentes, escolhidos com base em interesse, envolvimento político e expertise em pesquisa e
182 militância. A proposta inclui um regimento enxuto, inspirado em outras universidades, com duração
183 inicial de dois anos, prorrogáveis, e a necessidade de apoio institucional, incluindo bolsas para
184 estudantes. O Conselheiro Davi Menezes (Rep. Téc. Administrativo) enaltece o trabalho da comissão
185 e a importância histórica da iniciativa, destacando o papel da UFAL em reabrir um espaço de
186 discussão sobre a verdade e a memória, especialmente após o período da ditadura militar. Ele reforça
187 a necessidade de amplo apoio institucional e a relevância de a comissão ser composta pelas três
188 instâncias da universidade (docentes, técnicos e discentes). O Conselheiro Matheus Maia (Rep.
189 Discente) expressa o apoio dos estudantes à iniciativa, ressaltando a importância de conhecer a
190 história da universidade e do país, e de produzir materiais que perpetuem a memória e promovam a
191 discussão sobre direitos humanos. A Conselheira Risonilda Silva (Rep. Téc. Administrativo)
192 compartilha a emoção de vivenciar um momento histórico, lembrando a diplomação póstuma de
193 alunos vítimas da ditadura e a importância da comissão para desvendar a história da UFAL nesse
194 período. Ela destaca a composição tripartite da comissão como um fator de representatividade e
195 sucesso. A Conselheira Reivan Souza (FSSO) manifesta honra em fazer parte da comissão e reitera a
196 importância de resgatar uma história recente e dolorosa do Brasil, que afetou estudantes e docentes.



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUMI), OCORRIDA EM 06 DE MAIO DE 2025.

197 Ela também solicita apoio da gestão para a obtenção de estagiários que auxiliem na pesquisa e
198 sistematização dos dados. O Conselheiro Cliton Santos (Rep. Discente) questiona o regimento da
199 comissão, especificamente sobre a previsão de bolsistas e voluntários, e a ausência de detalhes sobre
200 o processo seletivo e o aspecto financeiro. O Presidente do Consuni esclarece que a previsão
201 orçamentária será feita pela Pró-reitoria responsável e que os processos seletivos para bolsistas
202 seguirão editais próprios, garantindo a transparência. Ele também reforça a importância da comissão
203 para a universidade e a habilidade dos membros em lidar com documentos históricos. Após a
204 discussão, o presidente propõe algumas modificações de redação no documento, incluindo a
205 comunicação à Secretaria dos Conselhos em caso de troca de estudantes membros e a inclusão de um
206 item que permita à comissão propor a revisão de decisões do Consuni ou de outras instâncias da
207 instituição no período em questão. Também é acatada a sugestão de incluir na resolução a duração de
208 24 meses para a comissão, com possibilidade de prorrogação por igual período. **DELIBERAÇÃO:**
209 A criação da Comissão da Verdade, Memória e Justiça da UFAL e a aprovação do seu regimento
210 interno, com as modificações sugeridas em plenário, são aprovadas por unanimidade de votos. O
211 Presidente do Consuni declara o recesso da reunião, com retorno previsto para as 14h. A reunião é
212 retomada às 14h:17m, com a verificação do quórum necessário. **5) Processo 23065.003699/2025-77:**
213 **Autorização para abertura de concurso público para docentes do magistério superior na área**
214 **de medicina. (consiste em pedido de supressão dos § 2º e § 3º da RCO nº**
215 **46/2013-CONSUNI/UFAL, de 08 de julho de 2013):** O presidente do Consuni introduz o item, que
216 trata da necessidade de autorização para abertura de concurso público para docentes, especialmente
217 na área de Medicina no Campus Arapiraca, devido à dificuldade de preenchimento de vagas com
218 exigência de título de doutor. Ele explica que a Resolução nº 46/2013-CONSUNI/UFAL, que
219 estabelece as normas para concursos públicos, prevê a possibilidade de reabertura de vagas para
220 mestres quando não há êxito na contratação de doutores, mas que essa regra tinha um prazo de 24
221 meses que já expirou. A sugestão inicial da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho -
222 PROGEP/UFAL era suprimir os parágrafos segundo e terceiro do artigo primeiro da referida
223 resolução. O Conselheiro João Paulo Almeida (Rep. Téc. Administrativo) sugere, em vez de suprimir
224 os artigos, suspender a aplicação desses dispositivos por um período determinado, como 24 meses,
225 para evitar prejudicar a política de preferência pelo doutoramento em concursos futuros, mas
226 permitindo a flexibilidade necessária para áreas específicas como Medicina e Libras. Após amplo
227 debate, a Conselheira Rita Souto Maior (FALE) propõe uma redação que permita a promoção de
228 concursos com exigência mínima de mestrado ou especialização "em casos justificados", sem um
229 prazo fixo, argumentando que a realidade de algumas áreas não se altera rapidamente. O Conselheiro
230 Fernando Melo (FAU) corrobora, citando a dificuldade de contratação de doutores na área de Design
231 e a alta rotatividade de docentes com doutorado que pedem redistribuição. O Conselheiro Davi
232 Menezes (Rep. Téc. Administrativo) sugere que a universidade aproveite a oportunidade para realizar
233 um estudo e diagnóstico sobre a real necessidade de flexibilização, para que futuras decisões sejam
234 mais embasadas. O Conselheiro Michel dos Santos (Rep. Discente) concorda com a necessidade de
235 flexibilização, sugerindo um prazo de 5 anos, e ressalta a importância de a UFAL investir na
236 formação de doutores em suas próprias pós-graduações para suprir essa demanda no futuro. A
237 Conselheira Rita Souto Maior (FALE) reconsidera a questão do prazo, sugerindo um período de 6
238 anos (72 meses), que contemplaria o tempo médio para a formação de mestres e doutores, e que
239 serviria como um estímulo para a qualificação. O Conselheiro Wellington Pereira (PROGEP) explica
240 que a Lei nº 12.772/2012, que rege os concursos, não estabelece um tempo fixo para a exigência de
241 doutorado, permitindo flexibilidade em situações comprovadas. O Presidente do Consuni reforça a
242 importância de equilibrar a necessidade de flexibilização com a busca por alta qualificação docente,
243 essencial para a avaliação institucional. Ele propõe a alteração do parágrafo segundo do artigo
244 primeiro da Resolução nº 46/2013-CONSUNI/UFAL para que a exceção à exigência de doutorado
245 seja válida por 72 meses (6 anos) a partir da alteração da resolução, e que se aplique a *Campi* fora de



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSU), OCORRIDA EM 06 DE MAIO DE 2025.

246 sede e Unidades Acadêmicas. **DELIBERAÇÃO:** A alteração do parágrafo segundo do artigo
247 primeiro da Resolução nº 46/2013-CONSU/UFAL é aprovada com 32 (trinta e dois) votos
248 favoráveis e 3 (três) abstenções. **6) Relatório da Comissão formada pela Resolução nº**
249 **04/2025/CONSU-UFAL**, destinada ao diálogo institucional junto aos órgãos de segurança
250 pública do Estado de Alagoas, visando estabelecer ações conjuntas de prevenção e
251 enfrentamento à violência no âmbito da UFAL: O presidente do Consuni introduz o item,
252 destacando que a comissão foi criada para estabelecer um diálogo institucional com os órgãos de
253 segurança pública, e não para determinar a presença permanente ou rondas policiais. Ele ressalta a
254 importância dos documentos a serem apresentados como base para um debate permanente sobre
255 segurança na universidade. A Coordenadora dos Conselhos, Thais Simões, realiza a leitura do
256 relatório da comissão. O relatório detalha as atividades da comissão, incluindo reuniões com a
257 Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a realização de uma audiência pública. O documento propõe
258 a instituição de uma comissão permanente de segurança na Ufal, com representação de diversos
259 segmentos - docente, técnico-administrativo, discente, empresas de segurança, batalhão comunitário
260 e representação comunitária. Sugere que essa comissão aprofunde discussões sobre policiamento
261 comunitário e apresente uma proposta de política de segurança universitária em 90 (noventa) dias,
262 com diretrizes que incluem diálogo com a comunidade, estudo de viabilidade de abordagens policiais
263 humanizadas, divulgação de ocorrências, definição de protocolos, orientação sobre regras de uso do
264 Campus, manutenção da infraestrutura (iluminação, capinagem), articulação sobre transporte público
265 e criação periódica de ações de segurança. O relatório também recomenda a aproximação entre a
266 segurança da UFAL e o batalhão comunitário para troca de informações. Em seguida, a representante
267 estudantil Vitória lê um manifesto intitulado "Manifesto por uma Universidade Segura de Verdade
268 para Todas as Pessoas", assinado por 29 entidades estudantis e movimentos sociais. O manifesto
269 expressa preocupação com as proposições da comissão, especialmente a normalização da presença da
270 polícia militar no Campus, argumentando que a PM não é neutra e que suas abordagens são
271 frequentemente violentas e discriminatórias contra corpos negros, periféricos e LGBTQIAPN+. O
272 manifesto defende que a segurança se constrói com inclusão, acolhimento e infraestrutura digna, e
273 propõe melhorias na iluminação, transporte público, políticas de enfrentamento ao racismo,
274 transfobia e assédio, e a criação de espaços de diálogo democráticos. O Conselheiro Danilo Marques
275 (Rep. Docente) lê a Nota Técnica do NEABI/UFAL sobre Segurança e os Riscos do Aumento da
276 Violência Racial na UFAL. A nota, embasada em dados históricos e estatísticos sobre a violência
277 racial no Brasil e em Alagoas, alerta para os riscos do aumento da violência racial no Campus caso a
278 intervenção da polícia militar seja aprovada sem diálogo e consulta à comunidade acadêmica. O
279 NEABI posiciona-se contrário à aprovação imediata da PM no Campus e sugere o amadurecimento
280 do debate por meio de uma comissão permanente de segurança que trate do assunto em sua
281 amplitude, ouvindo profissionais de várias áreas e, sobretudo, a comunidade acadêmica. A nota
282 também se posiciona contra qualquer tentativa de criminalização do movimento estudantil e das
283 culturas negras e periféricas. O Presidente do Consuni agradece as contribuições dos documentos,
284 reconhecendo-os como fundamentais para a memória da universidade e para o debate permanente
285 sobre segurança. Ele expressa preocupação com a banalização da violência na sociedade e a
286 necessidade de a universidade buscar soluções disruptivas, como fez com as cotas. Ele sugere a
287 criação de uma comissão permanente de acompanhamento da questão da segurança em toda a
288 universidade. A Conselheira Talita Lins (Rep. Discente) reforça a preocupação das entidades
289 estudantis com a segurança e a necessidade de um posicionamento da universidade contra as
290 difamações à comunidade do ICHCA. Ela destaca que a preocupação não é à toa, citando o trecho do
291 relatório que indica a falta de consenso sobre a ampliação da passagem de viaturas no ICHCA e a
292 percepção de que rondas já estariam ocorrendo. O Conselheiro Pedro Moreira (Rep. Discente)
293 lembra o pioneirismo da Ufal nas cotas e a importância de avançar em debates como as cotas trans.
294 Ele reitera a preocupação com a presença naturalizada e permanente da polícia no Campus, citando a



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 06 DE MAIO DE 2025.

295 intimidação sofrida por membros da comissão em reunião com a SSP e a falta de consenso no
296 relatório final da comissão. Em seguida, é exibido um vídeo que demonstra a forma truculenta de
297 atuação da PM, reforçando a ideia de que a polícia não é a solução para a segurança na universidade.
298 Reitera-se que a comissão da verdade não deve ser apenas simbólica, mas um símbolo de resistência
299 viva. O Conselheiro Danilo Cândido (Rep. Téc. Administrativo) dialoga com o movimento
300 estudantil, reconhecendo a violência sofrida por estudantes pretos e periféricos, mas também a
301 necessidade de solidariedade aos servidores técnicos que enfrentam problemas de segurança. Ele
302 alerta para o risco de militarização do espaço universitário e a falta de um diagnóstico efetivo da
303 violência na Ufal. A Conselheira Elaine Pimentel (FDA) expressa satisfação com o nível do debate e
304 o amadurecimento da discussão. Ela reitera que a comissão temporária cumpriu seu papel de iniciar o
305 diálogo e que a solução para a segurança é multifacetada, envolvendo a aproximação com as forças
306 de segurança para que compreendam as dinâmicas da universidade. O Conselheiro João Paulo
307 Almeida (Rep. Téc. Administrativo), presidente da comissão, agradece a todos os participantes e
308 reforça que a segurança é um problema multifatorial que exige soluções multi-partes, incluindo o
309 diálogo com os agentes de segurança pública. Ele destaca a importância da criação de uma política
310 de segurança universitária paraclarear os papéis de cada um e a necessidade de uma compreensão
311 mútua entre todos os atores. Ele também lamenta a situação dos colegas do ICHCA que não podem
312 retornar ao seu local de trabalho e a importância de combater a não ocupação dos espaços na
313 academia. O presidente do Consuni agradece a todos os conselheiros e participantes externos pela
314 rica discussão, reconhecendo que a construção da segurança é um processo contínuo e que os
315 documentos apresentados pelos estudantes e pelo NEABI são referências importantes (documentos
316 seguem anexos a esta ata). Ele reitera a necessidade de manter o diálogo sobre segurança de forma
317 permanente na universidade. O presidente do Consuni encerra a reunião, agradecendo a participação
318 de todos e lembrando os próximos eventos institucionais: a comemoração dos 75 anos da Faculdade
319 de Medicina (Jubileu de Diamante) e os 50 anos da Escola de Enfermagem, com eventos nos dias 07
320 e 08 de maio, respectivamente. Ele também anuncia uma reunião específica com a Pró-reitoria de
321 Gestão Institucional - PROGINST para o dia 13 de maio, na sala dos Conselhos, para discutir a
322 questão orçamentária da universidade. E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente
323 sessão, da qual, para constar em registro, eu, Thais Branco Simões, Coordenadora da Secretaria
324 Executiva dos Conselhos Superiores da UFAL, lavrei a presente Ata, a qual, após lida, discutida e
325 aprovada segue assinada pelo Reitor, Prof. Josealdo Tonholo, por mim e pelos/as Conselheiros/as
326 presentes à sessão de aprovação. **ATA APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 03 DE**
327 **JUNHO DE 2025.**

Thais Branco Simões
TBS

Thais Branco Simões

(TBS)

1ste v

Jean

Salem

Lucas

SÓ A POLÍCIA TRAZ SEGURANÇA?

MANIFESTO POR UMA UNIVERSIDADE SEGURA DE VERDADE, PARA TODAS AS PESSOAS

Desde o início de 2025, o debate sobre a segurança na UFAL tem se intensificado devido a ocorrências no Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), que ressaltaram a insegurança no nosso campus universitário e a falta de diálogo e alinhamento entre os gestores e a comunidade discente. Por isso, foi criada no Conselho Superior Universitário (CONSUNI) uma comissão temporária com a finalidade de iniciar as tratativas junto às esferas de Segurança Pública do Estado de Alagoas, avaliando as possibilidades de patrulhamento e de segurança para a universidade. Entretanto, **as proposições feitas por essa comissão**, apresentadas em um relatório a ser discutido na próxima reunião do CONSUNI, **não nos contemplam e nos preocupam por apresentar contradições profundas em relação às experiências concretas de quem vivencia a universidade, além de normalizar a presença da Polícia Militar no campus A.C. Simões.**

Por esse motivo, viemos a público repudiar a proposta de implementação de rondas da Polícia Militar em nosso campus, **por entender que o debate sobre segurança pública não pode se reduzir a isso, enquanto ignoramos a falta de condições de permanência, a iluminação e infraestrutura precárias, os problemas de acesso ao transporte público, bem como a inexistência de uma cultura institucional que não naturalize as diversas formas de violência, especialmente contra os corpos mais vulnerabilizados.** Acreditamos que essa proposta está longe de resolver os reais problemas enfrentados por nossa comunidade. Em vez disso, defendemos outras formas de enfrentamento às violências e às opressões que atravessam a vida universitária, compreendendo que segurança de verdade se constrói com inclusão, acolhimento e infraestrutura digna.

Um dos argumentos mais recorrentes na defesa da presença da Polícia Militar no campus faz referência à chamada "ação-repressão qualificada", onde se afirma que "há todo um escalonamento das técnicas de abordagem, priorizando-se, sempre que possível, o diálogo, antes de qualquer uso de força física". No entanto, a afirmação ignora o histórico dessa corporação, cujas abordagens frequentemente se baseiam na coerção, na intimidação e na violência simbólica e física, especialmente contra trabalhadores, estudantes periféricos, pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+. Acreditamos que esse discurso se contradiz com a prática cotidiana da Polícia Militar, inclusive dentro da própria UFAL. Um exemplo recente foi a abordagem violenta a um trabalhador e a estudantes durante uma festa no ICHCA, ação que foi registrada em vídeo e amplamente denunciada pela comunidade acadêmica. O episódio evidencia que não se trata de um caso isolado, mas sim da expressão de uma lógica de controle que se sustenta na desigualdade e no autoritarismo.

As proposições apresentadas até o momento desconsideram os riscos de uma militarização do campus e negligenciam a complexidade das dinâmicas de violência enfrentadas por grande parte da comunidade acadêmica. O discurso de que a Polícia Militar é a única alternativa de segurança para o campus universitário invisibiliza a realidade de pessoas negras, periféricas e trans, que são diariamente expostas ao racismo, transfobia, assédio e violência institucional. A presença da Polícia Militar no campus, em vez de oferecer segurança, amplia o risco de abordagens discriminatórias e intimidadoras, já que esses grupos são os mais afetados por práticas violentas e preconceituosas das forças de segurança pública. A lógica punitiva que sustenta essa proposta não oferece soluções concretas para as reais causas da insegurança, como a falta de iluminação, a ausência de transporte público seguro e a carência de políticas de combate às opressões em nossa universidade. Pelo contrário, pode transformar a UFAL em um espaço de controle e repressão, aprofundando desigualdades e ignorando as necessidades da parcela mais vulnerável da comunidade acadêmica.

Defendemos que o caminho para uma universidade segura para todas as pessoas deve passar, prioritariamente, pela melhoria da infraestrutura, com iluminação adequada, manutenção regular dos espaços, acessibilidade e mais condições dignas de permanência, como áreas de convívio arborizadas e mais locais para estudo. Também consideramos fundamental que seja dada uma atenção especial à Residência Universitária e ao Restaurante Universitário, espaços essenciais para a permanência estudantil, mas que ainda seguem negligenciados e localizados em áreas afastadas do campus, o que os torna mais vulneráveis. Não tratar essas demandas como prioridade no debate sobre segurança na UFAL reforça a falsa ideia de que a presença de patrulhas da Polícia Militar seria a única solução possível. Entendemos, no entanto, que enfrentar esse problema exige planejamento, investimento e responsabilidade institucional, incluindo, além das melhorias físicas, a adoção de estratégias eficazes de prevenção que, embora sejam ações de médio e longo prazo, precisam ser pensadas desde já, como sistemas de videomonitoramento, mecanismos de alerta como botões de pânico e formas de cuidado coletivo que garantam proteção sem recorrer à lógica do medo e da repressão.

Além disso, reafirmamos a urgência da implementação de políticas permanentes de enfrentamento ao racismo, à transfobia e ao assédio em todas as suas formas. Essas políticas devem ser construídas de forma interseccional, reconhecendo as múltiplas dimensões de opressão que atravessam os sujeitos, e ser acompanhadas de ações educativas e campanhas de conscientização.

É essencial que esse processo ocorra por meio da criação de espaços efetivos de diálogo e construção coletiva, que sejam realmente democráticos e acessíveis. **Esses espaços devem incluir não apenas a participação da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnicos), mas também a presença ativa da comunidade externa e de movimentos sociais que historicamente contribuem para a luta por uma universidade mais justa,**

plural e comprometida com a transformação social. A participação desses grupos é fundamental para que a universidade comprove seu papel como um espaço público de construção do conhecimento, que dialoga com a sociedade e responde às demandas de quem a sustenta e a transforma.

Reconhecemos que os movimentos sociais têm desempenhado um papel crucial na construção e na defesa das universidades públicas, seja por meio da luta por acesso, permanência e equidade, seja por meio da produção de conhecimentos que enfrentam as desigualdades estruturais. A presença ativa desses movimentos na formulação das políticas institucionais da UFAL fortalece a universidade como espaço de resistência e diversidade. Por isso, convocamos todas as partes interessadas a se unirem nesse debate, para que as propostas resultantes reflitam a pluralidade de perspectivas e atendam as necessidades de todos os que constroem e se beneficiam dessa instituição.

Ressaltamos, por fim, que violência policial não é uma ideia abstrata, é uma estrutura que se sustenta no controle, na intimidação e na exclusão dos corpos que historicamente desafiam a lógica do poder. E é essa estrutura que a universidade pública deve ter coragem de enfrentar e não legitimar. Por isso, seguiremos em defesa de uma UFAL verdadeiramente segura para todas as pessoas, sem abrir mão da liberdade, da diversidade e da dignidade que devem ser pilares de qualquer instituição comprometida com a justiça social e com o combate às opressões.

Assinado,

- | | |
|---|---|
| 1. Marcha Mundial das Mulheres - MMM AL | 1. Diretório Acadêmico de Letras - DALET |
| 2. Movimento Negro Unificado - MNU AL | 2. Centro Acadêmico de Ciências Sociais - CAFF |
| 3. Associação Cultural de Travestis e Transexuais de Alagoas - ACTTRANS | 3. Centro Acadêmico de Meteorologia - CAMET |
| 4. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - RENFA | 4. Centro Acadêmico de Filosofia Douglas Magalhães de Freitas - CAFIL |
| 5. Movimento Correnteza Alagoas | 5. Centro Acadêmico Rosa Luxemburgo - CARL |
| 6. Movimento Força | 6. Centro Acadêmico de Nutrição - CANUT |
| 7. Coletivo Autista da UFAL | 7. Diretório Acadêmico de História Dirceu Lindoso - DAHIS |
| 8. Levante Popular da Juventude - AL | 8. Centro Acadêmico de Pedagogia Paulo Freire - CAPED |
| 9. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil - MTST | 9. Centro Acadêmico de Teatro - CAT |
| 10. Coletivo Juntos! | 10. Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo - CAAU |
| 11. Coletivo Juntas | 11. Centro acadêmico de Psicologia - CAPSI |
| | 12. Diretório Acadêmico de Geografia - DAGEO |
| | 13. Centro Acadêmico de Dança Dandara dos Palmares - CADAN |
| | 14. Centro Acadêmico de Biologia - CABIO |
| | 15. Centro Acadêmico de Jornalismo da Ufal Prof. Aloísio Nunes - CAAN |
| | 16. Diretório Central dos Estudantes - DCE UFAL Quilombo dos Palmares |
| | 17. (está sendo debatido com o CA por inteiro, em breve confirmamos) |
| | 18. Centro Acadêmico de Direito Guedes de Miranda - CAGM |

NOTA TÉCNICA DO NEABI/UFAL SOBRE SEGURANÇA E OS RISCOS DO AUMENTO DA VIOLÊNCIA RACIAL NA UFAL

Considerando a formação social e histórica brasileira com quase quatro séculos de escravização de pessoas negras e de tráfico negreiro;

Considerando que para efeito da construção ocidental do descobrimento a leitura predominante na história brasileira é colonizada e eurocentrada;

Considerando que nenhuma formação social apaga seu passado;

Considerando que o preconceito racial tem bases econômicas, políticas e ideológicas;

Considerando que o preconceito racial no Brasil é baseado na leitura social de corpos;

Considerando a comprovada letalidade da polícia brasileira sobre corpos negros;

Considerando que pessoas negras são majoritariamente residentes nas periferias de Maceió e isso reflete de forma direta na presença de estudantes negros e negras na UFAL;

Considerando que corpos negros são racializados a partir de sua presença em espaços historicamente eurocentrados, como é a universidade;

Considerando que a capacidade de um indivíduo ser percebido como pertencente a uma categoria diferente da que ele ou ela se identifica (passabilidade) é uma construção (ou permissão) da branquitude;

Considerando a formação social alagoana cujas referências apagam a história negra no Estado, salvo exceções como o Quilombo dos Palmares, e que, portanto, não reconhecem as contribuições dos negros e negras na construção dos saberes científicos e na arte;

Considerando que a UFAL tem uma população de discentes e de servidores que se configuram em corpos negros, racializados, que circulam no campus;

Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que estimavam no 1º trimestre de 2020, que 75,8% da população em Maceió é negra (preta ou parda) e apenas 23,4% é branca.

Considerando que em 2018, no país, 75% das vítimas de homicídios eram negros e que para cada não-negro morto no Brasil, 2,7% morreram no mesmo período. E que esse dado é alarmante em Alagoas porque estamos entre os estados com maior taxa de homicídios da população negra, sendo a taxa de vitimização do negro 17% maior do que um não-negro, também em 2018.

Considerando o estudo do Fórum Brasileiro e do Ipea de 2022 que apontou que “Maceió é a quarta capital do Brasil com a maior taxa (57,5%) de homicídios de pessoas negras para cada 100 mil habitantes” e que em Alagoas, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros no estado é de 45,1%.

Considerando o Programa de Ações Afirmativas da UFAL (Resolução 33/2003 do CONSUNI/UFAL).

A Equipe de pesquisadoras e pesquisadores negras e negros e aliados na luta antirracista e por equidade racial que compõe o atual Colegiado do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas,

vem, através da presente nota técnica, alertar sobre os riscos do aumento da violência racial no Campus A.C. Simões, caso a autorização da intervenção da Polícia Militar seja aprovada por este Conselho, sem diálogo e consulta com toda a comunidade acadêmica.

Inicialmente, gostaríamos de saudar a professora titular Maria Cícera dos Santos de Albuquerque, conselheira do Conselho Universitário e Diretora da Escola de Enfermagem do Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Decana desta Universidade. Sua Justificativa de voto, feita em 7 de fevereiro de 2025, está muito bem fundamentada e apresenta reflexões pertinentes aos riscos que uma decisão tão complexa pode trazer às pessoas negras que integram a comunidade acadêmica desta instituição, uma população que têm crescido desde o início dos anos 2000.

Esse período, é importante e conveniente lembrar a este Conselho, precisamente em 2003, nos tornamos uma das três primeiras instituições de ensino superior a aprovar um Programa de Ações Afirmativas, instituindo cotas sócio-raciais e de gênero para estudantes oriundos do Ensino Médio em Escolas Públicas, se tornando um dos pilares da Lei de Cotas que seria promulgada em 2012. Após mais de 20 anos de ações afirmativas, a cara da Universidade Federal de Alagoas mudou radicalmente, trazendo para dentro de sua comunidade, grande contingente de uma juventude negra e de periferia, que sofre cotidianamente com o racismo, sobretudo com abordagens policiais em suas comunidades.

A aprovação de uma base policial no Campus A.C. Simões ou a simples autorização para abordagens policiais sem protocolo, e sem o amadurecimento de toda a comunidade acadêmica, por meio do diálogo e de estudos mais aprofundados, incorre no risco do **AUMENTO DA VIOLÊNCIA RACIAL NA UFAL**, haja vista que abordagens desastrosas realizadas pela Polícia Militar já foram registradas em nosso campus, a exemplo de um episódio ocorrido no Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, em agosto de 2024 – isso iria contra os princípios implícitos na criação do PAAF e manutenção das cotas, que é imperativamente lutar contra o racismo e as diversas formas de violência ou impedimentos à vivência com dignidade das pessoas negras, especialmente no espaço educacional.

Segundo o pesquisador Francisco Eufrazio (2024)¹, “Os/As agentes da segurança pública são aqueles/as que mais matam negros/as. E, embora haja intenções de construir um projeto de política de segurança pública eficaz e eficiente, parelha da democracia e da cidadania tão aspirada pelo Movimento de Policiais Antifascismo, nota-se, que, sob o modelo de segurança pública vigente, a morte de pessoas negras se manifesta de forma muito superior à de pessoas brancas, e que, mesmo havendo debates sobre outros modelos de polícia e política pública que incorporem fundamentalmente a redução da violência policial, o que consequentemente se relaciona à ideia da redução de Mortes Violentas Intencionais (MVI) por agentes de Estado e sua perspectiva racializada, é cognoscível que ainda há um árduo caminho a ser trilhado para reduzir o direcionamento da violência policial sobre negros/as. No Brasil, o trabalho da profissão militar é o que mais mata. Dentre os recursos mais utilizados está a arma de fogo, que provocou em 2022: 92,1% de todas as MVIs por intervenção policial (FBSP, 2021). Dessas, 22,6% estavam em serviço, fato que ilustra uma matança policial assalariada, e 77,4% estavam fora dele (FBSP, 2022)”. Além disso, é possível indicar uma inércia das estruturas do Estado vocacionados para garantir o direito mais sagrado, que é o direito à vida. Certamente tem a ver com o racismo estrutural e sistêmico arraigado na nossa sociedade calcada na comoção seletiva dos afetos, no qual o corpo negro não gera quase nenhuma comoção, por conseguinte não mobiliza o poder público vocacionado para a mitigação desses efeitos nefastos.

Diante dessa realidade de extrema violência policial, por serem os/as negros/as vítimas predominantes desse tipo de ocorrência, nós integrantes do NEABI/UFAL nos posicionamos contrários à aprovação imediata da entrada da PM no Campus e sugerimos um amadurecimento do debate a partir dos trabalhos de uma Comissão Permanente de Segurança, que trate do assunto em sua amplitude, ouvindo profissionais de várias áreas e, sobretudo, a comunidade acadêmica. Também nos posicionamos contrários a qualquer tentativa de

¹ EUFRAZIO, F. ANÁLISE DAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE NEGROS/AS NORDESTINOS/AS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL. InRev. bras. segur. pública | São Paulo v. 18, n. 2, 336-355, ago/set 202.

[file:///C:/Users/marly/Downloads/RBSP-v18-n2-336-355-ago_set-2024-v03%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/marly/Downloads/RBSP-v18-n2-336-355-ago_set-2024-v03%20(2).pdf)

criminalização do movimento estudantil e das culturas negras periféricas, fatos que, infelizmente, têm ocorrido em nossa instituição.

Por fim, trazemos o lema da Coalizão Negra por Direitos (2020): “NÃO VAI HAVER DEMOCRACIA, ENQUANTO HOUVER RACISMO”, para sinalizar a necessidade de um debate aprofundado sobre tal questão. A mesma sessão que aprovou a criação permanente da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça da UFAL, não pode ser marcada pela aprovação de uma pauta que flerta com os resquícios da Ditadura Civil-Militar no Brasil

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DA UFAL

Danilo Luiz Marques (Historiador, NEABI A.C. Simões)

Flávio Augusto de Aguiar Moraes (Arqueólogo, NEABI Sertão)

José Jacob Pinheiro de Barros (Advogado, NEABI A.C. Simões)

Marli dos Santos Araújo (Assistente Social, NEABI Arapiraca)

Mayk Andreele do Nascimento (Antropólogo, NEABI Arapiraca)

Regla Toujaguez La Rosa Massahud (Engenheira Geóloga, NEABI CECA)

Rosa Lúcia Lima da Silva Correia (Relações Públicas, NEABI A.C. Simões)

Rômullo Rogério Moreira Santos (Economista, NEABI A.C. Simões)

Vagner Gomes Bijagó (Cientista Social, NEABI Sertão)

POR UMA UNIVERSIDADE SEGURA DE VERDADE, PARA TODAS AS PESSOAS

1. INTRODUÇÃO

Nós, representantes discentes do Conselho Superior Universitário da Universidade Federal de Alagoas, junto aos representantes dos Centros e Diretórios Acadêmicos, apresentamos o presente dossiê como posicionamento crítico frente às proposições formuladas pela Comissão Provisória de Segurança. Nosso objetivo é contribuir com este debate a partir da perspectiva do corpo discente, apontando as lacunas das propostas apresentadas, bem como os riscos envolvidos na adoção de medidas que envolvam o patrulhamento da Polícia Militar (PM) no campus A.C. Simões. **Nos preocupa a possibilidade da segurança universitária estar sendo terceirizada para uma força policial cuja atuação histórica tem sido marcada, em diversas situações, por abordagens violentas, racismo, LGBTfobia, misoginia e repressão a movimentos sociais, inclusive no ambiente universitário.** Este dossiê, portanto, reúne:

- Posicionamento sobre as proposições da comissão temporária de segurança;
- Breve panorama sobre a segurança nas universidades brasileiras e convênios com a Polícia Militar;
- A atuação da Polícia Militar;
- Propostas alternativas.

2. POSICIONAMENTO SOBRE AS PROPOSIÇÕES DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE SEGURANÇA

As proposições discutidas no CONSUNI e nas reuniões da Comissão Temporária de Segurança têm gerado preocupações entre o corpo estudantil, uma vez que apresentam lacunas significativas e contradições em relação às realidades vivenciadas pela comunidade acadêmica. A proposta de rondas da Polícia Militar no campus A.C. Simões evidencia a **necessidade urgente de um debate qualificado sobre segurança universitária, que vá além da lógica repressiva e priorize soluções efetivas.** Este é, inclusive, o momento oportuno para pautar essa questão com seriedade, diante do agravamento de contextos que impactam diretamente a comunidade acadêmica, a exemplo dos casos crescentes de violência contra as mulheres no estado, principalmente contra crianças e adolescentes, a piora no sistema de transporte público de Maceió, que afetou especialmente a permanência estudantil com a retirada das linhas de ônibus do campus A.C. Simões, e a preocupante situação orçamentária enfrentada pela universidade, que resulta na redução do quadro de funcionários responsáveis por serviços essenciais, como manutenção predial e jardinagem, comprometendo ainda mais as condições de infraestrutura e segurança. Sendo assim, acreditamos que a proposta de presença da Polícia Militar no campus configura uma solução de caráter repressivo, sem considerar as reais causas da insegurança, como a infraestrutura precária, a iluminação inadequada e a carência de políticas institucionais inclusivas que favoreçam o acolhimento de estudantes, especialmente aqueles(as) pertencentes a grupos mais vulneráveis.

Além disso, a universidade não pode negligenciar o debate qualificado sobre o consumo e o comércio de substâncias ilícitas em seu campus, tratando a questão exclusivamente como um problema de segurança a ser resolvido por meio de repressão policial. É fundamental compreendê-la como uma questão de saúde pública e de responsabilidade social, que exige políticas de cuidado e prevenção, assumindo o compromisso em não reforçar estigmas, especialmente sobre determinados blocos e cursos menos valorizados, ao mesmo tempo em que silencia o fato de que o problema atravessa toda a universidade, inclusive cursos tidos como mais prestigiados, como é de amplo conhecimento no caso do Centro de Ciências da Saúde (CSAU), frequentemente apontado como um dos locais com maior venda de substâncias ilícitas na UFAL.

Compreendemos, portanto, que, em vez de enfrentar as questões estruturais que de fato comprometem a segurança na universidade, a proposta envolvendo a PM tende a reforçar uma lógica de controle e vigilância que historicamente se volta contra os corpos mais vulnerabilizados. Ao adotar uma resposta repressiva, a universidade corre o risco de se transformar em um espaço ainda mais hostil, marcado pelo medo e pela intensificação de práticas discriminatórias. A militarização do campus não apenas falha em oferecer soluções reais, como também ameaça os princípios democráticos, de liberdade e de inclusão que devem orientar o ambiente universitário.

3. BREVE PANORAMA SOBRE A SEGURANÇA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E CONVÊNIOS COM A POLÍCIA MILITAR

Em um panorama geral, ao se tratar dos contratos de segurança nas universidades, muitos costumam se voltar principalmente à guarda patrimonial, priorizando medidas como controle de acesso, monitoramento de entradas e saídas, e rondas para inibir furtos e vandalismo. No entanto, mesmo com essa ênfase patrimonial, espera-se que as empresas contratadas também atuem na proteção das pessoas. Ainda que nem sempre haja menção explícita nos contratos, a própria natureza do serviço de segurança envolve zelar pela integridade física de todos que frequentam esses espaços. Como exemplos, há o Pregão Eletrônico nº 01/2020 da UFAL¹, que especifica a contratação de “**serviço de vigilância armada e desarmada, vigilância patrimonial mediante uso de arma letal e não-letal, segurança pessoal privada e escolta armada**, incluindo o fornecimento de uniformes e equipamentos visando atender às necessidades institucionais (...), com vistas à proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, e a **assegurar a integridade física dos servidores e colaboradores em desempenho de suas atividades, e, ainda, daqueles que eventualmente transitem pelas instalações deste Órgão**”. Também o Pregão Eletrônico SRP nº 47/2023 da Universidade Federal do Acre (UFAC)², que especifica a vigilância ostensiva armada com rondas e monitoramento eletrônico, e o Pregão nº 90.033/2024 da Universidade Federal de Mato

¹ <https://ufal.br/transparencia/licitacoes/pregoes-eletronicos/2020/pe-no-01-2020>

² <https://www2.ufac.br/cpl/modalidades/pregao/pregoes-eletronicos-2023/pregao-eletronico-srp>

Grosso do Sul (UFMS)³, voltado à contratação de rondas motorizadas e vigilância armada nas dependências dos campi.

Da parte das empresas terceirizadas, essa abordagem frequentemente negligencia diretrizes claras sobre como lidar com riscos à integridade física e psicológica das pessoas, como assédio, violência de gênero, racismo, LGBTQIA+fobia, entre outros. **Embora situações mais graves possam eventualmente exigir a atuação das forças policiais, a prevenção, o acolhimento e o enfrentamento cotidiano dessas violências são responsabilidades que não podem ser terceirizadas, cabendo, portanto, às universidades construir e implementar políticas institucionais que assegurem um ambiente verdadeiramente seguro e acolhedor para toda a comunidade acadêmica.**

Quanto à responsabilização da Polícia Militar pela segurança nos campi universitários, identificam-se alguns casos em que instituições públicas federais estabeleceram parcerias formais com a corporação. No entanto, a presença da PM nas universidades é um tema sensível e controverso, pois muitos entendem que a **atuação permanente** da polícia é incompatível com o princípio constitucional da autonomia universitária. Por essa razão, sua presença em universidades públicas federais ocorre geralmente em situações pontuais, como **chamadas emergenciais ou casos de risco iminente**.

Polícia Militar na USP em 2011

Um caso importante a ser destacado em relação à presença da Polícia Militar em universidades públicas ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), após a formalização de um convênio entre a instituição e a PM em 2011. A medida permitia o patrulhamento ostensivo no campus, o que gerou insatisfação entre estudantes, que viam a atuação policial como uma afronta à autonomia universitária e à liberdade de expressão. Em resposta à intensificação da presença da PM e a episódios de repressão, estudantes ocuparam o prédio da Reitoria em protesto. Dias depois, durante a reintegração de posse foram enviados mais de 400 policiais militares, resultando em confrontos, prisões e forte repressão. O episódio gerou ampla repercussão nacional e foi duramente criticado por entidades acadêmicas, movimentos sociais e pela própria comunidade universitária, que denunciaram o uso excessivo da força, a violação da autonomia e a ausência de diálogo.

Nota-se, também, que sem uma abordagem mais ampla e integrada, a presença policial tem mostrado limitações no combate às diversas formas de violência e opressão, como violência de gênero, racismo e LGBTQIA+fobia.

Diversas instituições de ensino têm adotado estratégias alternativas que se mostram eficazes no aumento da segurança em seus campi universitários, demonstrando que o debate

³<https://proadi.ufms.br/pregao-elettronico-no-90-033-2024-contratacao-de-empresa-especializada-na-prestacao-de-servicos-de-vigilancia-armada-e-ronda-motorizada/>

sobre a segurança nas universidades não precisa, necessariamente, passar pela implementação de rondas policiais. A seguir, alguns exemplos:

Universidade Estadual de Londrina (UEL)⁴

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), que recebe cerca de 25 mil pessoas diariamente, investe em diversas ações estruturais para garantir a segurança no campus, como a instalação de luminárias em LED em estacionamentos, vias internas e pontos de circulação de pedestres, a implantação de um sistema de videomonitoramento com câmeras de alta definição desde junho de 2022, e podas regulares para melhorar a visibilidade. A universidade também oferece atendimento 24 horas e realiza rondas com veículos e motos da Divisão de Segurança ligada à Prefeitura do Campus Universitário (PCU). Também buscam ampliar a iluminação, trazer mais pontos de captação de imagens e há um trabalho de pesquisa para implantação de botões de pânico físicos e no aplicativo *UEL Mobile*.

Universidade de Brasília (UnB)⁵

Em 2024, a UNB registrou uma queda de 90% nas ocorrências relacionadas à segurança a partir da adoção de diversas medidas, como a modernização do sistema de videomonitoramento, instalação de 11 botões de segurança no campus, troca de lâmpadas em vias públicas e a realização de podas de árvores para melhorar a visibilidade, além da criação de cinco corredores de segurança. Essas medidas, juntamente com a capacitação constante de mais de 500 colaboradores, demonstram que ações focadas em tecnologia, infraestrutura e capacitação podem ser alternativas eficazes para melhorar a segurança universitária.

Universidade Federal de Viçosa (UFV)⁶

Com um novo contrato de prestação de serviços, a UFV renovou a frota de veículos e motos, ampliando a cobertura, especialmente no turno da noite. A filosofia adotada, de vigilância comunitária, busca promover a integração entre os profissionais de segurança e os públicos interno e externo, reforçando a ideia de um ambiente seguro construído com base na prevenção e no diálogo. A segurança é tratada de forma integrada e preventiva, com foco no atendimento à comunidade universitária e aos frequentadores do campus, por meio de ações de prevenção de furtos e roubos, mas também de acidentes no trânsito e de incêndios em moradias e locais de trabalho.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁷

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) adota uma abordagem estruturada e preventiva em relação à segurança, por meio do Departamento de Segurança Física e Patrimonial (DESEG), um órgão responsável por atividades como o planejamento e execução

⁴ <https://operobal.uel.br/sociedade/2024/08/20/nota-da-reitoria-a-comunidade-universitaria/>
<https://exame.com/negocios/universidade-software-com-ia-aumentar-a-seguranca-no-campus/>
⁵<https://noticias.unb.br/institucional/7449-unb-registra-queda-de-90-nas-ocorrencias-relacionadas-a-seguranca-e-m-comparacao-a-2016>
⁶<https://www.folhadamata.com.br/seguranca-do-campus-da-ufv-e-assumida-por-nova-empresa-terceirizada>

⁷ <https://www.researchgate.net/publication/322341031>

de projetos de segurança, fiscalização, assistência técnica-administrativa, sendo responsável também pela realização de operações preventivas contra acidentes, defesa patrimonial, investigação de ocorrências, e a gestão de postos de segurança nas entradas e vias de acesso. A UFSC adota uma perspectiva de segurança institucional, que vai além da proteção do patrimônio físico, abrangendo três dimensões: a segurança física (relacionada ao patrimônio material e físico), a segurança estratégica (focada na proteção do ensino, pesquisa e extensão), e a segurança especial (complementar), que trata de questões específicas relacionadas à segurança. Essa abordagem visa prevenir riscos e perigos, considerando que a segurança na universidade não se resume à segurança patrimonial, mas à proteção do ambiente acadêmico como um todo. Casos como furtos de bicicletas têm sido enfrentados com ações investigativas em parceria com a Polícia Civil. Segundo o Relatório de Atividades 2021/2022⁸, houve uma redução significativa das ocorrências internas e apesar da carência de efetivo público devido à falta de concursos desde 1993, a UFSC tem buscado soluções por meio de realocação interna e terceirização, mas também problematizando esta medida paliativa “que tem um custo elevado para os cofres públicos além de não haver um vínculo entre o prestador e a instituição tomadora do serviço, bem como há uma rotatividade muito grande de pessoal.”

Os exemplos apresentados revelam pontos em comum nas estratégias adotadas por essas universidades, que são, primeiramente, a **ênfase em ações preventivas como o uso de tecnologias, como videomonitoramento, a melhoria da infraestrutura física com iluminação, podas e corredores de segurança, a atuação de equipes próprias ou contratadas de segurança institucional e o fortalecimento do vínculo com a comunidade acadêmica por meio de abordagens integradas e educativas**. Mesmo diante de desafios como a escassez de servidores e a crescente violência nas comunidades circunvizinhas, as instituições mencionadas apresentaram dados de redução das ocorrências internas. Com isso, queremos demonstrar algumas das possibilidades para promoção de maior segurança, respeitando a autonomia universitária e os princípios de um ambiente acadêmico democrático e acolhedor.

4. A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.

A preocupação com a atuação da Polícia Militar nas universidades é amplificada por um histórico de violência policial direcionada a grupos marginalizados, especialmente juventudes periféricas, pessoas negras, LGBTQIA+ e integrantes de movimentos sociais. Nos últimos anos, diversas situações têm evidenciado o uso excessivo da força e abordagens violentas contra esses grupos, o que reforça o receio de que a presença permanente da PM no ambiente universitário possa agravar ainda mais essas violações. Exemplos recentes incluem a repressão a protestos e manifestações em várias partes do Brasil, onde estudantes e ativistas foram alvo de abusos físicos e psicológicos, além de prisões arbitrárias e práticas de discriminação.

⁸<https://seguranca.ufsc.br/files/2023/04/Relat%C3%B3rio-Atividades-e-dados-ocorr%C3%A1ncias-2022-Pag.-1.pdf>

- Casos de violência policial contra mulheres

Em abril de 2025, uma mulher grávida de 8 meses foi **agredida por um policial militar** em São Leopoldo (RS), após familiares registrarem em vídeo uma abordagem policial. O primeiro golpe mirou o rosto dela, mas ela conseguiu se defender com o celular que tinha nas mãos, em seguida, foi atingida na região do quadril, tendo escoriações.⁹ Também em abril de 2025, Nicole Ramos, assistente social e militante do Movimento de Mulheres Olga Benário, foi **detida e agredida por policiais militares** em São Paulo durante um protesto contra a privatização da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Ela foi abordada por um grupo de policiais, levada à força para o camburão e agredida principalmente na região das costelas. Nicole teve sequelas das agressões e o movimento segue denunciando o uso de violência e táticas repressivas contra mulheres que lutam por seus direitos.¹⁰

- Repressão a movimentos sociais e comunidades periféricas

A ocupação Tereza de Benguela, localizada no Village Campestre II, em Maceió, tem sido alvo recorrente de ações por parte da Polícia Militar, que atua de forma arbitrária e sem mandados judiciais. Moradores denunciam **abordagens intimidatórias e uso excessivo da força** sob a justificativa de busca por substâncias ilícitas. Em uma das ações mais graves, **policiais encapuzados invadiram a residência** da coordenadora do Movimento dos Trabalhadores sem qualquer justificativa legal, **danificando o local e amedrontando as famílias**. Esse tipo de repressão, registrado desde 2023, continua ocorrendo, evidenciando a tentativa sistemática de criminalização das lutas por moradia em Maceió.¹¹ Durante o Carnaval de 2025, integrantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua foram **vítimas de violência policial** em Maceió, durante a realização de um bloco. Rafaelly Machado, coordenadora nacional do movimento, foi agredida e passou a sofrer ameaças e perseguições. Outras lideranças também foram **atacadas com cassetetes, spray de pimenta e ofensas transfóbicas**.¹²

- Violência policial em Universidades

Em agosto de 2024, durante uma festa promovida por estudantes do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte (ICHCA) no campus da UFAL, policiais militares chegaram de **forma violenta, com armas em punho, gritando com estudantes e usando palavras de baixo calão**, sob a justificativa de perturbação por som alto. A equipe apreendeu o equipamento de som e deteve o trabalhador contratado para operá-lo após uma abordagem

⁹<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/02/21/a-gente-nunca-imagina-isso-de-um-policial-diz-mulher-gravida-de-8-meses-agredida-por-pm-com-cassetete-no-rs.ghtml>

¹⁰<https://averdade.org.br/2025/04/policia-de-sao-paulo-agrade-manifestantes-que-lutam-contra-a-privatizacao-do-s-trens/#:~:text=Nicole%20Ramos%20assistente%20social%20e,%20cambur%C3%A3o%20sem%20qualquer%20justificativa>

¹¹<https://midiacae.com.br/mtst-denuncia-mais-uma-invasao-de-pm-amedrontando-familias-na-ocupacao-teresa-de-benguela/>

¹²<https://folhadealagoas.com.br/2025/03/10/mps-investigam-violencia-policial-contra-pessoas-em-situacao-de-rua-no-carnaval-de-maceio/>

truculenta. Em menos de uma semana, a **Polícia Militar de São Paulo reprimiu com violência duas manifestações estudantis**. No dia 21 de maio de 2024, **estudantes secundaristas foram agredidos por tropas do BAEP** durante protesto contra o projeto de escolas cívico-militares na Assembleia Legislativa, já no dia 24 de maio, a PM entrou na Faculdade de Direito da USP durante uma manifestação pacífica e **agrediu estudantes, chegando a puxar armas como forma de ameaça**.

A partir das situações relatadas, torna-se ainda mais necessário observar o que os números também evidenciam, já que dados concretos demonstram que a Polícia Militar, em diversas ocasiões, tem operado de forma seletiva e violenta, contribuindo para a marginalização de diversos grupos em vez de assegurar sua proteção. Por isso, apresentamos a seguir uma série de gráficos e indicadores que revelam como a atuação da PM tem impactado desproporcionalmente pessoas negras, periféricas, LGBTQIA+ e demais populações historicamente vulnerabilizadas.

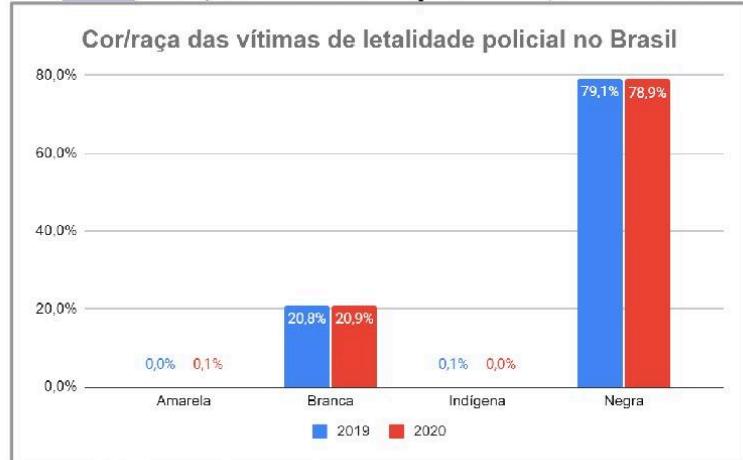


*Em serviço e fora de serviço

(1) RJ, SE, DF, PE e PA não informaram a corporação; (2) RJ, SE e PE não informaram a corporação; (3) RJ, SE, AC e GO não informaram a corporação; (4) RJ, SE e MT não informaram a corporação; (5) RJ, SE e MT não informaram a corporação.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (vários anos).

Gráfico 1 - Cor/raça das vítimas de letalidade policial no Brasil, entre 2019 e 2020.



Fonte: [Fórum Brasileiro de Segurança Pública \(2021\)](#).

De acordo com a análise feita pelo Mídia Caeté¹³ em 2021, de 2012 a 2019 houve um crescimento das mortes resultantes de ações policiais em Alagoas, **as 27 mortes após intervenção policial em 2012 pularam para 93 em 2019, o que representa um crescimento de 244,4%.**¹⁴ Se tratando das mortes após intervenção policial em Maceió, por bairro, o estudo indica que o Benedito Bentes lidera a lista com 46 registros entre 2012 e 2020, seguido pela Cidade Universitária, com 36. Dos 327 mortos após intervenção policial em Maceió entre janeiro de 2012 e outubro de 2020, 212 (64,8%) tinham até 24 anos de idade.

Esses dados reforçam nosso posicionamento contrário à normalização da presença policial nos espaços universitários e à adoção de medidas que caminham no sentido da militarização do campus. Vale ressaltar que, em respeito ao direito de ir e vir e ao princípio constitucional de que a segurança pública deve ser garantida a todas as pessoas, **NÃO pautamos aqui a proibição da entrada da Polícia Militar no campus, mas sim a normalização de sua presença permanente como estratégia central de segurança universitária.**

5. PROPOSTAS ALTERNATIVAS

A partir das referências apresentadas, das escutas realizadas com a comunidade discente em reuniões ampliadas promovidas pelos Centros e Diretórios Acadêmicos, e também das contribuições já apresentadas por membros da Comissão Temporária de Segurança que se posicionam contrariamente à proposta de implementação de rondas da PM no campus, apresentamos, a seguir, um conjunto de propostas alternativas.

Essas medidas estão organizadas em propostas de curto, médio e longo prazo, visando atender não apenas à construção de uma política de segurança permanente e participativa na

¹³ <https://mediacaete.com.br/em-maceio-negros-sao-86-dos-mortos-apos-intervencoes-policiais/>

¹⁴ Os dados que embasam esta reportagem foram obtidos via Lei de Acesso à Informação e compreendem o período de janeiro de 2012 a 19 de outubro de 2020.

universidade, mas também à demanda urgente dos(as) servidores(as) técnicos(as) do ICHCA, que denunciaram situações de insegurança no bloco, tendo suas rotinas de trabalho alteradas e seguem demandando soluções.

PROPOSTAS DE CURTO PRAZO

- **Reforço do patrulhamento no ICHCA**

Ampliação da presença da equipe da empresa de segurança terceirizada da UFAL no bloco do ICHCA, em resposta direta à denúncia de insegurança apresentada pelo corpo técnico, considerando a possibilidade de realocação provisória de profissionais de segurança de outros blocos para atender a essa demanda específica. Sendo esta uma medida emergencial e temporária, válida até que a situação no local apresente sinais de estabilização/melhoria.

- **Instalação de câmeras no ICHCA**

Implementação do sistema de videomonitoramento no bloco, com foco na prevenção e na produção de evidências que possam subsidiar denúncias e demais providências diante dos recentes problemas de segurança.

- **Criação de ramal para emergências**

Disponibilização de um canal de comunicação direto (número ou ramal) para denúncias e chamados em situações emergenciais, operado pela equipe da segurança terceirizada. Esta medida funcionaria como alternativa de menor custo e mais rápida implementação aos botões de pânico, os quais exigem maior planejamento técnico e orçamentário. A depender da situação, a equipe responsável poderá acionar outros setores competentes, incluindo forças de segurança pública como Polícia Militar ou Polícia Civil.

- **Acolhimento psicológico ao corpo técnico do ICHCA**

Oferecimento de apoio psicológico, por meio da equipe do Instituto de Psicologia (IP), aos servidores e servidoras no retorno ao bloco após a realocação motivado por situações de insegurança. O acolhimento visaria garantir uma melhor retomada das atividades presenciais em seus setores de trabalho.

- **Ampla participação na comissão permanente de segurança**

Em concordância com a proposta da Comissão Temporária de Segurança sobre a *criação imediata de uma Comissão Permanente de Segurança na UFAL, com representação dos segmentos docente, técnico-administrativo, discente, do setor de segurança da UFAL, das empresas de segurança contratadas, do Batalhão Comunitário que atua na região do Campus A.C. Simões e das representações comunitárias que dialogam com esse batalhão*, defendemos que essa comissão tenha também representações dos **movimentos sociais que constroem e vivenciam cotidianamente a universidade**. Para promover a participação efetiva da comunidade na construção da política de segurança institucional, que a comissão trabalhe de forma transparente, com reuniões e atividades abertas ao público.

PROPOSTAS DE MÉDIO PRAZO (durante o prazo de 90 dias do trabalho da comissão permanente)

- **Revisão dos pontos facultativos no calendário acadêmico**

Proposição de discussão no Conselho Universitário sobre os impactos dos pontos facultativos no funcionamento do campus, que tem levado docentes a decidirem sobre a suspensão ou manutenção das aulas contribuindo para o esvaziamento do campus nesses dias. Esse cenário tem se mostrado crítico para a segurança, como evidenciado por

ocorrências recentes, incluindo o caso de um assalto em abril.

- **Promoção de debates qualificados sobre a questão das substâncias ilícitas na universidade**

Defendemos que a UFAL assuma o compromisso de enfrentar o tema do consumo e comércio de substâncias ilícitas em seu campus por meio de uma abordagem crítica, responsável e não estigmatizante, compreendendo essa problemática como uma questão de saúde pública e responsabilidade social, e não apenas como um caso de segurança a ser combatido por repressão policial. Propomos a realização de debates, rodas de conversa e ações educativas que tratem o tema de forma ampla.

- **Realização de audiências públicas com a comunidade acadêmica e externa**

Em concordância com a proposição da Comissão Temporária de Segurança, que defende o diálogo com a comunidade interna, com a população circunvizinha ao Campus A.C. Simões e com os organismos de segurança pública, sugerimos a realização de audiências públicas abertas, como espaços de escuta e consulta a toda a comunidade acadêmica, bem como moradores do entorno, trabalhadores terceirizados e movimentos sociais que também constroem a universidade.

- **Fórum sobre Segurança Universitária**

Além das audiências, propomos a realização de um Fórum sobre Segurança Universitária como espaço amplo, democrático e contínuo de debate e construção coletiva, contando com a participação dos três segmentos da comunidade universitária, além de especialistas no tema e representantes de movimentos sociais. O fórum pode contar com atividades diversas, como mesas de debate, rodas de conversa, oficinas e grupos de trabalho, promovidas em diferentes espaços da universidade. A proposta objetiva aprofundar a discussão sobre segurança, ampliando o diálogo e contribuindo para a construção de políticas institucionais fundamentadas no conhecimento técnico e no respeito à diversidade da comunidade universitária.

PROPOSTAS DE LONGO PRAZO

- **Promoção de atividades de extensão e convivência no campus**

Fomento à presença constante da comunidade acadêmica e externa na universidade por meio do fortalecimento das ações de extensão, eventos culturais e projetos em parceria com movimentos sociais. A proposta visa tornar o campus mais vivo e diverso, contribuindo diretamente para a sensação de segurança, uma vez que o esvaziamento prolongado dos espaços torna-os mais vulneráveis a situações de risco.

- **Estudo de viabilidade para a instalação de botões de pânico no campus**

Propomos a realização de um estudo para verificar a viabilidade da instalação de botões de pânico em pontos estratégicos do campus, tendo como base iniciativas como a da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SEMSC)¹⁵, que instalou totens de segurança em Maceió, conectados à Central Integrada de Videomonitoramento da Guarda Civil Municipal (GCM). Sugerimos que a UFAL consulte essa instância municipal a fim de avaliar a possibilidade de integração de um ponto de monitoramento semelhante no Campus A.C. Simões. Também indicamos que sejam estudadas outras alternativas que

¹⁵<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/botoes-de-panico-e-cameras-sao-instalados-para-policamento-24h-em-pontos-de-maceio-veja-locais/>

permitam respostas ágeis em situações emergenciais.

- **Observatório de Segurança Universitária**

Universidades como Univille¹⁶ e UERJ¹⁷ criaram observatórios voltados à segurança pública e universitária, com foco no monitoramento de dados, transparência institucional e promoção do debate público. A partir dessas experiências, sugerimos também a criação de um Observatório de Segurança Universitária na UFAL, que funcione como um espaço permanente de acompanhamento das ações de segurança no campus, reunindo representantes da comunidade universitária, especialistas e órgãos parceiros, tendo funções de coleta e análise de dados sobre ocorrências, o monitoramento das políticas implementadas, a produção de relatórios públicos e acessíveis à comunidade.

¹⁶ <https://www.univille.edu.br/pt-br/cursos/direito/observatorio-seguranca-publica/882525>

¹⁷ <https://observatoriosocial.uerj.br/>